

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

# **Geografía histórica e identidades políticas no Recôncavo baiano, na crise do antigo sistema colonial?.**

Tomás Cortez Wissenbach.

Cita:

Tomás Cortez Wissenbach (2005). *Geografía histórica e identidades políticas no Recôncavo baiano, na crise do antigo sistema colonial?.* X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/591>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

X Jornadas Interescuelas/ Departamentos de História; Rosário 20, 21, 22 y 23 de Setiembre de 2005

Título: **Geografia histórica e identidades políticas no Recôncavo baiano, na crise do antigo sistema colonial?**

Mesa temática no. 61: "Saberes y praticas políticas en los procesos de formación territorial"

Pertenencia institucional: Departamento de Geografia. Universidad de Sao Paulo, Brasil.

Dirección: Praça João Francisco Lisboa, 26, Vila Madalena, São Paulo, Brasil.

Autor: Tomás Cortez Wissenbach

Telefono: (005511)30324216

correo electrónico: [tomascw@terra.com.br](mailto:tomascw@terra.com.br)

A constante revisão e as novas atribuições de significados da história e da geografia do Brasil costumam trazer consigo novas perspectivas epistemológicas e metodológicas. É este o sentido que tomou o atual debate de revisão dos processos de emancipação política do Brasil, e de formação do território e da nação brasileiros. O presente texto procura apontar uma possibilidade de articulação entre diferentes campos do conhecimento, notadamente a Geografia e a História, a partir de considerações sobre um importante momento histórico do país: a emancipação política da América Portuguesa, especificamente do que ocorreu no Recôncavo baiano.

A construção de uma geografia que traga como centro de suas preocupações o peso da espacialidade na história nacional tem se aglutinado em torno de pesquisas, as mais diversas. Os trabalhos alocados a partir de tais questões abrem um longo caminho a ser percorrido, com potencial de grande contribuição na difícil empreitada de conhecermos a nós mesmos, sociedade brasileira.

Entretanto, toda a construção que se proponha interdisciplinar, ou, mais precisamente, pretenda estabelecer o diálogo com diferentes formas do saber, corre uma série de riscos. O primeiro é o de perder uma perspectiva singular e transformar-se em uma simples compilação de informações. O segundo, talvez ignorado, mas de forte presença no meio acadêmico, é o de lidar com questões de caráter corporativo. Assim, como um pedido de licença aos colegas de outras disciplinas, e muitas vezes da própria geografia, se fazem necessárias considerações de caráter conceitual e metodológico.

**Geografia e História**

A possibilidade de definir o campo geográfico, seu horizonte de indagações e problemas, seu objeto e sua forma adequada de compreendê-la, é, longe de ser uma unanimidade, felizmente questão de enorme discórdia. Uma das conseqüências desse intenso debate e que, não por acaso, daremos ênfase aqui, é a polêmica das inter-relações entre tempo e espaço, geografia e história.

A nossa compreensão é a de que não podemos situar unicamente no ponto de vista filosófico, principalmente no que diz respeito ao primeiro binômio, isto é, espaço/ tempo. Caso o fizéssemos, estaríamos fugindo do nosso propósito que, se não pretende ignorar questões ontológicas, não deve, por ora, ater-se a elas unicamente. Vamos, portanto, oferecer apenas um panorama de certa forma provisório, mas referido ao que já foi produzido no contexto do pensamento geográfico em relação ao tema, e que serve de referência para o trabalho.

Por sermos geógrafos, preferimos tomar como eixo o espaço e a geografia, na articulação de ambos com o tempo e com a história. Iniciando pela mais ampla noção da geografia, a avaliação é a de que o espaço, em si, não possui qualidades específicas que o permitam ser identificado no real. Isto é, não é possível falarmos em uma ontologia, esvaindo-se a possibilidade de considerá-lo como uma categoria de análise (Costa, 1983; Escolar, 1993). Ele deve ser visto, antes de tudo, como uma dimensão dos processos sociais, como um mediador de determinadas relações (Moraes, 2002).

Nesse momento, temos fundamentos para compreender as inter-relações que foram propostas anteriormente. Entendidos do ponto de vista da sociedade, a história e o tempo são, um processo e uma categoria respectivamente, que apreendem seus aspectos estruturais. A partir de um determinado método, chegaríamos às categorias de modo de produção e de formação econômico-social. Nesse sentido, assumimos que "(...) a temporalidade submete a espacialidade" (Moraes, 2000, p. 16) e que a história, entendida como o processo concreto e não como disciplina, é mais ampla do que a geografia.

Consideramos, nesse sentido, o movimento da história como fundamental para a compreensão adequada e pertinente dos processos e fenômenos sociais, estabelecemos, a partir da geografia histórica, análises retrospectivas. Assim,

cabe reforçar a seguinte assertiva: a geografia é, sem nenhum demérito, uma “visão angular da história” (Moraes, 2002).

### **A Geografia Histórica**

A Geografia Histórica tem se constituído como um sub-campo da Geografia desde a institucionalização da disciplina no âmbito universitário, no final do século XIX. Suas origens remetem a três temas: os estudos das mudanças históricas das fronteiras políticas; as análises da geografia material de tempos passados; e trabalhos associados à história das explorações e descobertas e à cartografia antiga.

Nos anos de 1990, alguns dos mesmos geógrafos que na década anterior haviam renovado as leituras da História da Geografia, passaram a se interessar pelas relações entre o discurso geográfico, as representações do mundo colonial e os projetos políticos metropolitanos. Classificados como estudos pós-coloniais, ao privilegiar as *imaginações geográficas* em relação às *imaginações históricas*, alinham-se epistemologicamente com as tendências pós-modernas por um lado, e por outro tentam um ruptura com uma perspectiva inerte do espaço.

Indagando sobre o motivo do renovado interesse pela Geografia Histórica, encontramos, por um lado, um lastro comum que reside simplesmente no fato de que tais estudos se referem ao passado. Por outro, e isso parece ser mais importante é a característica de serem análises retrospectivas que tomam como ponto de partida questões do presente.

Perla Zusman considera que a Geografia História estaria, dessa forma, entre a tradição empírica, mundo da materialidade, e a inovação epistemológica, o mundo da representação. É assim, no interesse de tratar das implicações políticas das formas espaciais produzidas em um contexto colonial que situamos a presente pesquisa.

Este trabalho insere-se no contexto dos estudos referentes à formação territorial do Brasil, ainda que sob o recorte temporal restrito. Neste sentido procura tratar de um momento fundamental, qual seja, o processo de emancipação política da colônia e a formação do Estado e da nação brasileiros. Indaga o peso da configuração do território neste processo, ou no dizer de Milton

Santos, da *inércia dinâmica* de suas formas.

### **A emancipação política da América portuguesa: perspectivas historiográficas**

No âmbito da presente discussão, não podemos desconsiderar o contexto dos debates historiográficos nos quais estamos inseridos, retomando a polêmica e as indefinições do processo de emancipação política da América portuguesa em 1822. O repertório existente é extremamente diversificado; alguns autores minimizam o processo, outros o exaltam; alguns jogam o peso interpretativo em 1808, outros preferem uma abordagem de longa duração. Podemos, entretanto, levantar três questões que permeiam o entendimento da questão: a de que se configura a partir de 1822 um dos poucos regimes monárquicos no período pós-independência da América; de que a independência reitera o escravismo fazendo com que o Brasil se transforme no último país americano em que esta foi abolida; e, por fim, o de ser o único processo que assegurou a unidade territorial.

O primeiro trabalho a ser destacado é o de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942. O fato de ter sido elaborado nos primórdios da industrialização, quando a economia brasileira ainda se fundamentava no meio agrário, levou o autor a considerar o desfecho do período colonial como determinante na formação do Brasil que lhe era contemporâneo. Este jogo de perspectivas, característica do trabalho do autor, explicita não só o título como sua ênfase na fase da independência. O centro da interpretação do processo de emancipação política da colônia reside nas continuidades configuradas em torno da grande propriedade, do escravismo e do caráter eminentemente exportador da economia.

Por outro lado, Prado Jr. valoriza sobremaneira a vida material, abordando-a como uma síntese de três séculos de colonização, produzida a partir da lógica de uma “vasta empresa colonial”. Esta interpretação habilita-o a olhar para a América portuguesa pré-independência sob uma perspectiva territorial, destacando a inércia que sua constituição impõe. Portanto, muitas das questões presentes na época colonial permaneceram; entre elas, as desigualdades regionais e a parca integração interna.

Não poderíamos seguir com o tema da emancipação política sem tratarmos de um dos seus estudos fundamentais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)* de Fernando Novais, publicado em 1979.

O trabalho de Novais procura um tipo de abordagem que fuja de duas linhas mestras que, segundo o autor, caracterizaram a historiografia da independência. A primeira das linhas transferia para o plano interno, integralmente, todo o centro de decisões, isolando o processo de emancipação política do contexto mundial. A segunda delas, minimizava a importância do processo, considerando-o apenas uma transferência de metrópoles, de Portugal para a Inglaterra.

A partir disso, Novais trilha o seu caminho analítico sob um ponto de vista menos preocupado em descrever os acontecimentos, voltando-se para uma análise estrutural, qual seja, a da crise do sistema colonial do Antigo Regime. O processo de independência não poderia ser entendido apenas nas relações de uma colônia com a sua metrópole.

A compreensão estaria vinculada ao entendimento de que o processo moderno de colonização, que fez parte da consolidação do capitalismo mundial, foi engendrado sob o Antigo Regime (absolutismo, capitalismo comercial e sociedade estamental) que, ao se desestruturar, tornou insustentável a manutenção do antigo sistema colonial.

A crise, segundo Novais, surge a partir do seu próprio funcionamento. Se a condição para explorar uma colônia é desenvolvê-la, caminha-se, necessariamente, à agudização do conflito entre interesses externos e internalizados. Por outro lado, a exploração colonial impulsiona a industrialização da metrópole (no caso as riquezas são drenadas para a Inglaterra). Uma vez que isso implica em uma outra lógica de funcionamento do sistema, a do chamado capitalismo industrial, surge novamente uma contradição inexorável.

Portanto, a aparecimento do capitalismo industrial em uma das metrópoles bastou para que as tensões se agravassem de forma insuportável. A abertura dos portos em 1808, a revolução do Porto em 1820 e a declaração formal da emancipação política do Brasil em 1822, foram eventos oriundo deste contexto de

crise. Configuram-se, nas palavras de Novais, como um “feixe inextricável de contradições” que

[...] explode enfim em 1807/1808, e a vinda da Corte para o Brasil, marca a primeira ruptura definitiva do antigo sistema. A abertura dos portos do Brasil, imposta pelas circunstâncias e decretada como provisória, seria na realidade irreversível. E assim se configurava a nossa ‘inversão do pacto’, fenômeno característico da crise do sistema colonial. No caso da Inglaterra, centro da revolução industrial, as colônias se tornaram onerosas para a metrópole, que pode contudo romper unilateralmente o pacto e ainda manter o domínio político sobre elas. Aqui, ao contrário, é a colônia que se transforma em sede do governo. Daí a forma particular que assumiria, de um lado, nosso processo de independência política, de outro, o advento do liberalismo em Portugal.

Outro trabalho de incontestável valor historiográfico, e que ganha relevância no bojo da presente discussão, é o de Maria Odila Leite da Silva Dias – “A interiorização da Metrópole (1808 – 1853)”, publicado em 1972. Segundo a autora, o processo que dá título ao trabalho teria início com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e se consolidaria com a afirmação do poder central do Império e a garantia da unidade territorial — por vezes ameaçada — ao longo da primeira metade do século XIX.

O processo marcaria, por sua vez, a afirmação do centro-sul brasileiro como eixo preferencial de articulação política, e do Rio de Janeiro como centro do novo Império. Instituíam-se com isso uma relação análoga à de metrópole / colônia, ocorrendo, porém, internamente ao território brasileiro. As *colônias* seriam as províncias do norte e nordeste brasileiro.

Outra marca de seu trabalho é a desvinculação entre os processos de separação política da metrópole e a consolidação da unidade nacional, embora ambos guardassem uma relação próxima entre si. Trata-se, segundo a autora, de dois processos distintos que ocorreram em momentos igualmente diferenciados. O primeiro, tendo como marco os anos entre 1808 e 1822; o segundo, a consolidação da unidade territorial sob a égide do governo central, ocorreria de fato entre 1840 e 1850.

Acentuando o caráter conservador do processo de emancipação política brasileira, Dias evita, inclusive, o uso do termo independência. A mudança intrínseca à declaração de emancipação da colônia seria a única maneira de

manter a estrutura política, econômica, social e administrativa, interiorizando a metrópole.

Por isso, a autora trabalha, e isto é fundamental para nossas reflexões, com a idéia de enraizamento de interesses portugueses como um processo interno de ajuste às pressões que ocorrem no plano externo.

O trabalho sugere também que o sentimento de insegurança social e o medo de uma revolta escrava ou de mestiços tiveram papel político importante na primeira metade do século XIX, momento em que regionalismos e diversidade de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da sociedade brasileira.

Avançando na discussão, coloca-se o trabalho de João Luís Ribeiro Fragoso – *Homens de grossa aventura*, publicado em 1992, baseado na sua tese de doutorado, defendida em 1990.

Ao estudar a montagem de uma estrutura produtiva cafeeira no médio Vale do Paraíba, o autor faz uma revisão dos fundamentos da economia colonial. Para Fragoso, boa parte dos diagnósticos sobre a conjuntura econômica do início do século XIX, pressupõe que a economia colonial teria o seu ritmo determinado pelo mercado internacional, ou melhor, pelas economias dominantes.

O autor destaca que existe a possibilidade de a “agroexportação manter receitas positivas em época de queda dos preços internacionais”; o desempenho da economia colonial não pode ser medido apenas pelo seu setor exportador; a dimensão do mercado interno é considerável. Pode-se falar desta forma na possibilidade de acumulação endógena no espaço colonial, a partir de um mercado interno, mesmo em conjunturas internacionais adversas.

Verificando que a montagem da agricultura escravista no Vale do Paraíba no fim do século XVIII e início do XIX, o que sugere comparações com partes do Recôncavo no mesmo período, cuja origem remonta grandes fortunas cariocas e mineiras, Fragoso afirma:

Desse modo, nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do século seguinte, na montagem de sistemas agrários escravistas-exportadores em áreas de fronteira, verifica-se a transformação da acumulação mercantil em produção. Ou melhor, o capital mercantil periodicamente recria uma forma de produção historicamente dada. De certa maneira, por conseguinte, estaríamos diante de um processo que se assemelha àquele visto na constituição da



sociedade e economia coloniais montadas, nos tempos modernos, a partir da expansão mercantil ultramarina européia. A diferença entre um e outro processo estaria no fato de que o movimento aqui considerado se dá endogenamente ao mundo colonial. Aquela recriação do sistema agrário escravista agora surge como um processo necessário para a reiteração da sociedade e economia coloniais.

O autor não nega que os traços estruturais mais amplos da economia colonial eram o seu caráter escravista e exportador. O que ele demonstra é que existiam “(...) outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se realizariam acumulações endógenas. A conjugação desses elementos lhe permitia uma dinâmica interna e peculiar que não se reduziria às conjunções externas.”

Concluindo este breve apanhado das questões historiográficas em torno da Independência, cabe um destaque ao trabalho de Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta, *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*, publicado em 2000, e que nos serve como referência ao estado da arte deste tema no Brasil.

Na sua reflexão, a independência assume um novo significado com sua vinculação ao processo de construção do Estado e da nação brasileiros. A este eixo proposto converge uma série de estudos realizados anteriormente (entre eles o trabalho de Dias já citado) que não considera a identidade nacional um dado prévio ao processo de emancipação política da colônia. Nesta perspectiva, o termo Brasil não designaria uma territorialidade subjacente a determinada identidade política; a independência não poderia ser vista como um projeto nacional, pois aqueles que habitavam este território, inclusive as elites que conduziram o processo, não se viam como brasileiros.

Diante disso, os autores pontuam que a emergência do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência de múltiplas identidades políticas coletivas, cada qual com a sua leitura do passado, sua avaliação do presente e o seu projeto para o futuro. Tal assertiva abre um campo para novas pesquisas relacionadas ao estudo das formações identitárias, subsidiárias à compreensão do processo que instituiu o Estado, centralizando o poder em um ambiente político fragmentado.

Considerando que as identidades são reflexivas, isto é, se constroem na

sua negatividade, dois elementos seriam fundamentais para compreendê-las. O primeiro deles seria a transformação do colonizador em colono, o que implica na apreensão deste sujeito social como “(...) agente de reiteração ampliada de uma formação societária particular informadora dos objetivos de sua ação, já agora desdobramento de uma trajetória coletiva instituidora de sua legitimidade e ancestralidade”. Este fenômeno acarretou a formação de uma elite que tinha na identidade portuguesa o seu elemento de diferenciação interna. O segundo, admitiria que cada situação regional — com seus centros de convergência da produção e gestão do território colonial português — continha as condições para a “emergência de sua múltipla negatividade” que alimentava as identidades coletivas.

A conclusão do trabalho destes autores, que evidentemente mais ilumina caminhos do que fecha questões, afirma que a nação brasileira pôde ser pensada, e só desta maneira, sempre que apoiada no Estado. Por outro lado, a adoção de um inimigo interno (movimentos populares, que resgatavam pendências sociais) e o escravismo serviram como elemento de coesão de elites regionais, cujos interesses eram bastante conflitantes, em torno de um governo central no Rio de Janeiro.

Uma pesquisa que busque caracterizar uma determinada região, tomando como referência a materialidade de sua vida econômica, pode dar seqüência a uma das dimensões que ajudam a compreender tais identidades coletivas. Em um momento de incertezas e provisoriedades, as identidades que se expressam no processo de independência teriam, segundo o nosso entendimento, uma ligação com a geografia material de cada uma das regiões que formavam o território colonial.

### **A Geografia Histórica e o estudo da emancipação política**

Diante de importantes perspectivas oferecidas pelas constantes revisões historiográficas da independência, podemos articular os conceitos da geografia que possam contribuir para uma outra visão do processo. Ao privilegiarmos conceitos próprios à geografia, nos apoiamos em geógrafos que deram especial destaque ao papel do território no processo de formação do estado e da nação

brasileiros.

Esta tarefa já foi iniciada por geógrafos como Magnoli e Moraes. Ambos convergem no sentido de destacar que a independência foi um marco de passagem para uma nova legitimação da soberania territorial. Demétrio Magnoli chama atenção ainda para a relação entre a formação do território e a legitimação dinástica, sob o aspecto externo e interno ao novo Estado que surge. No plano das relações exteriores, o princípio hereditário da casa de Bragança fornece uma saída relativamente fácil, indicando a “continuidade da ruptura”. Já no tocante à questão interna, o artigo discorre sobre as conflitantes relações entre poder imperial, oligarquias e escravidão, deixando espaço ainda para o esquecido papel dos fundos territoriais e a sua apropriação – objeto específico do trabalho. Além disso, menciona o importante papel ideológico desempenhado pelo mito de um território nacional prático ao Estado brasileiro. Lança, citando Moraes, a seguinte hipótese:

A abertura de rotas, a fundação de povoações e fortificações, a usurpação de terras indígenas e a valorização econômica de novas áreas geravam interesses e ativos negócios voltados para a apropriação dos imensos “fundos territoriais” disponíveis. A sua hipótese principal, que incide sobre a interpretação de independência e da consolidação do Estado imperial, é a de que a continuidade da marcha de apropriação dependia da unidade política dos territórios coloniais portugueses.

Para subsidiar a sua hipótese, o autor retoma aspectos políticos e econômicos, no período de crise do sistema colonial. Nesta toada ganham destaque, em primeiro lugar, o Tratado de Madri e a administração pombalina.

Em relação à gestão de Pombal, deve-se destacar inicialmente a criação de companhias de comércio, que procuravam articular o interesse em recuperar as rendas mercantis dos comerciantes portugueses e, ao mesmo tempo, corresponder, ou colidir com os múltiplos interesses regionais.

Outra mudança importante, e que escapa da já valorizada modernização administrativa, é o novo papel das capitanias. Pombal acaba com as hereditárias, e forma novos blocos que, ligados diretamente à coroa, recebem o desígnio de promover a apropriação e valorização territorial. A cada uma cabe um papel específico:

O Rio de Janeiro seria o nexos central das relações entre a Coroa e as colônias; São Paulo, Mato Grosso e Goiás tratariam da apropriação do Oeste e fronteira do Guaporé e das terras meridionais; Bahia e Pernambuco centralizavam dois blocos do “nordeste velho”; Maranhão e Piauí, os centros no “nordeste novo”; Grão-Pará e Rio Negro, a vastidão amazônica; e São Pedro, a integração da colônia do sacramento.

As frentes de expansão também foram consideradas de grande importância. As novas redes de intercâmbio que conectavam mercados refletiam o caráter muito mais complexo da economia colonial. Ao lado dos grandes interesses exportadores e dos negócios ligados ao tráfico externo e interno de escravos, erguia-se uma teia difusa de interesses e negócios associados ao intercâmbio entre as colônias brasileiras.

Entretanto, apesar da frente de expansão territorial ter integrado mercados, em escalas regionais ampliadas, inexistia no plano político um território unificado. Nesse momento é que a crise do sistema colonial coloca para as elites uma nova possibilidade de arranjo político. Somente a unidade territorial tornaria possível a continuidade do processo de apropriação e valorização territorial em curso, “(...) mas, essa alternativa dependia da existência de um centro político poderoso, e ainda, da legitimação da soberania territorial proporcionados pelo Estado imperial.”

O nascimento do Estado imperial é interpretado como um meio de se evitar o risco de uma fragmentação republicana, isto, é “como instrumento de unidade política e territorial”, garantindo o processo de apropriação das frentes de apropriação. A divisão do território indica isso, já que as províncias eram mera divisão administrativa e unidades políticas.

### **O Recôncavo**

O principal elemento definidor da região é a baía de Todos os Santos. Trata-se de uma paisagem costeira de exceção, com uma barra de cerca de 14 km de amplitude. Penetrando 80 km no continente, seu contorno litorâneo possui de cerca de 300 km. É, de fato, um pequeno grupo formado por três baías, com uma área total de 1.052 km<sup>2</sup>. Sua existência deve-se a acidentes tectônicos pós-cretáceos que deprimiram numa profunda fossa o “pacote de sedimentação

triássico-cretácea”.

Vários rios desembocam na baía, constituindo com isso excelente ancoradouro. Uma escarpa localizada na sua borda leste, como altos planos ou ligeiramente ondulados, serviu como sítio ideal para a instalação da sua capital. Em tempos de deficiente e problemática rede de transportes terrestres, as águas do Recôncavo tornaram possível e lucrativo o contato íntimo entre o porto de Salvador e sua hinterlândia agrícola. Por outro lado, em uma época em que a ciência e a técnica pouco contribuíam para que a produção agrícola se “libertasse” das determinações ambientais, as características do meio físico devem ser consideradas fundamentais para explicarmos a localização de tais atividades.

Apesar desta característica incontestável, isto é, de que o acesso fácil à baía de Todos os Santos e o contato constante com Salvador moldavam a vida do Recôncavo, é polêmica a definição dos seus limites. Menos controversa é a sua distinção em relação a outras regiões da Bahia como o Sertão e o Litoral sul. Ayres de Casal, em princípios do século XIX, partindo de um enfoque agrícola, isto é, da fertilidade dos solos, considerou como Recôncavo “(...) seis a sete léguas de largura em torno da grande enseada de Todos os Santos”. Já Vilhena, no final do século XVIII, adotou um enfoque baseado nas vilas e seus arredores (que poderíamos chamar da rede de cidades), definindo a região como um conjunto composto por Salvador e suas freguesias suburbanas e as cinco vilas (municípios) que cercavam a baía de Todos os Santos.

Dentro da perspectiva de formação territorial, procuramos caracterizar o Recôncavo como uma região. Este conceito é, no nosso entender, desprovido de naturalidade. Dessa forma, somente com a investigação que demonstrou uma relativa autonomia política e econômica e uma certa interdependência produtiva foi possível caracterizá-la como tal. Faz-se mister, nesse momento, introduzirmos o conceito de região que possibilitou uma definição retrospectiva dos seus limites.

O conceito de região adotado explicita-se na obra de Ilmar Mattos que define as características definidoras de uma região colonial. Segundo ele, deve-se partir da consideração de que a colonização na América portuguesa, de caráter claramente comercial, extrapolou a esfera da circulação alcançando a da

produção. Dessa forma a produção de açúcar, instalada desde meados do século XVI, garantiu, ao mesmo tempo, a defesa das possessões ultramarinas e o comércio de uma mercadoria lucrativa.

Inicialmente, a empresa açucareira dependia dos estímulos externos para praticamente tudo: da ajuda militar aos capitais necessários para a formação dos engenhos. À medida, porém, que se formou uma rede de abastecimento, processos de acumulação de capital endógenos — para acrescentar a expressão de Fragozo —, e uma maior possibilidade de recrutamento de tropas, a região colonial foi se constituindo no interior da colônia. Concebida desta forma, é ela (a região) que dá sentido aos agentes sociais presentes no movimento da colonização:

Deste modo, a delimitação espaço-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais. [...] a região — a partir dos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social — só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos como aqueles externos.

A região, a mais densamente ocupada no fim do período colonial, foi também uma das mais importantes produtoras de açúcar da América portuguesa, como já dito, ostentando uma posição de primazia após a invasão holandesa em Pernambuco. No tocante à escravidão, pode-se dizer que o Recôncavo constituiu, na época colonial, uma das regiões que mais recebeu e utilizou escravos africanos.

Já Salvador foi centro administrativo da colônia até 1763. Mesmo depois, continuou importante porto para a exportação dos produtos do Recôncavo e para o tráfico de escravos, estabelecendo comércio direto com o continente africano, cuja costa podia ser alcançada em cerca de 40 dias. Além disso, com aproximadamente 60.000 habitantes em 1820, era a maior cidade da América portuguesa. Internamente, Salvador e o Recôncavo articularam e estimularam a expansão do gado pelo sertão, pois dependiam de outras regiões para o abastecimento de carne e de couro.

Na seqüência, busca-se uma descrição mais apurada do Recôncavo, levando em conta duas variáveis que, interligadas, constituem a base para se compreender a organização do espaço na região: as condições e os meios de transporte e as distâncias relativas do principal porto exportador/importador.

## **A guerra do Recôncavo e a geografia material**

Uma das grandes particularidades do processo de emancipação política na Bahia foi o fato de lá ter se desenrolado um evento militar, que costuma a caracterizar a independência em outros países de origem colonial. As razões deste conflito estão vinculadas, grosso modo, à grande presença de portugueses na cidade de Salvador; ao fato de ser a Bahia uma das mais ricas capitânicas; e, finalmente, à sua posição estratégica, que possibilitaria uma divisão do novo Estado emancipado. Na sua relação com a geografia material é possível estabelecer novos caminhos para uma interpretação geográfica do processo de emancipação política e construção do Estado e da nação.

A guerra de independência (fevereiro de 1822 – julho de 1823) foi, em si, um evento que envolveu a disputa entre a capital e a hinterlândia, ao mesmo tempo em que se reconheceu a mútua dependência. Pelo lado das tropas portuguesas, havia o entendimento de que o Recôncavo não resistiria à ausência de sua capital, e portanto ao domina-la, o restante da região e da capitania se renderia sem maiores resistências; por outro lado os emancipacionistas apostavam que Salvador não resistiria a um bloqueio no acesso à sua hinterlândia. Sem entrar nos pormenores da guerra, e dos motivos que levaram os partidários da independência a vencer, destaca-se que a disputa foi significativa no sentido de ilustrar as relações recíprocas entre a cidade da Bahia, como era conhecida Salvador, e sua hinterlândia.

A organização econômica da região mostrou-se, no espaço agrário, fundamentada em uma especialização agrícola. As três principais culturas identificadas, o açúcar, o fumo e a mandioca, revelaram uma estreita dependência entre eles. As propriedades naturais das espécies cultivadas, as características específicas do seu beneficiamento, junto com o valor de mercado do que era produzido, de uma maneira geral definiam: o local de produção (sob os critérios de fertilidade natural do solo, clima e condições de acessibilidade ao porto exportador); e as organizações produtivas próprias de cada um dos produtos. Ao mesmo tempo, o valor da mercadoria, as características de seus mercados, e a



posição de seu produto na economia regional, determinavam o jogo de interesses dos atores econômicos envolvidos, significativamente complexo.

A produção sacarina foi a principal atividade econômica da região, dinamizando toda a estrutura produtiva, que se organizava a partir dela. No tocante à estrutura espacial, esta lavoura, e seus engenhos, consolidaram-se nas margens norte da baía de Todos os Santos, sobretudo nas freguesias de Santo Amaro e São Francisco do Conde, valendo-se da facilidade de acesso ao porto exportador e da importante fertilidade natural dos solos (Barickman, 2003; Scwhartz, 1988). No fim do período colonial, a produção do açúcar esteve em pleno processo de expansão geográfica, por toda a borda da baía e pelos vales dos rios Pojuca e Vermelho, no nordeste da região (Azevedo, 1994).

A necessidade de importar escravos da África, por sua vez, serve como importante estímulo para outra cultura comercial significativa na região. Trata-se da lavoura fumageira, que apesar de ter encontrado mercados promissores na Europa e até na Ásia, não teria tido a mesma expressão sem o seu envolvimento com o tráfico negreiro: o fumo era trocado por negros nas costas africanas (Lugar, 1977). A produção do fumo concentrou-se, sobretudo, na área conhecida como campos de Cachoeira, isto é, nas freguesias do entorno desta importante vila, caracterizadas por cotas altimétricas mais elevadas e por uma situação climática diferenciada (Nardi, 1996).

Finalmente temos a cultura da mandioca que, apesar de ter recebido um tratamento marginal pela historiografia tradicional, foi fundamental para o abastecimento de um importante contingente populacional urbano, com destaque para a cidade de Salvador e seus quase 60.000 habitantes. Além disso, foi importante também para suprir os engenhos e alimentar os seus escravos, já que se optava pela compra da sua farinha no mercado, ao invés do seu plantio no interior da unidade canavieira (Barickman, 2003). A produção dessa mercadoria agrícola concentrava-se no sul do Recôncavo; nas imediações de Nazaré, Jaguaripe e Maragogipe, e ao longo do vale rio Jaguaripe.

A articulação econômica da região não poderia prescindir de sua rede urbana. Esta rede foi, ao mesmo tempo, expressão de interdependência produtiva

regional, e meio pelo qual os espaços produtivos agrários se realizavam. A capital da Bahia, Salvador, ocupava a posição principal na hierarquia regional, a partir de sua centralidade demográfica, econômica, política, administrativa e militar. Já as vilas tinham a sua existência, grosso modo, vinculada à importância comercial do que era produzido em cada uma das áreas circundantes (Santos, 1959).

No foco interpretativo do nosso trabalho, depois da capital, viriam os centros sub-regionais, associados aos produtos agrícolas, ou como no caso de Cachoeira que foi, mais do que isso, elo de ligação com a região estendida – e que não por acaso foi a sede do governo provisório quando da guerra de independência no Recôncavo.

A existência de uma rede urbana significativamente articulada, fundamental para a constituição econômica da região, abre possibilidades interessantes no sentido da articulação entre a geografia material e as identidades políticas coletivas. Podemos olhar esses centros como núcleos de articulação e difusão de idéias; como locais de concentração de poder e de difusão de decisões políticas e administrativas centralizadas; e, por ventura, de resistências políticas.

A presença dos interesses do capital mercantil, a função de entreposto de mercadorias do sertão, e a intensa presença de escravos, muitos deles recém chegados, faziam do contexto urbano do Recôncavo um ambiente pleno de fervores e conflitos, materiais e ideológicos. Foi a partir desta tensão e das incertezas – combinadas com as transformações estruturais do período – que se costurou uma aliança provisória inter-regional, iniciando a constituição da nacionalidade brasileira.

Podemos, com isso, reforçar a necessidade da reconstituição da geografia material como um elemento de análise de um evento histórico. As possibilidades que se abrem com isso são inúmeras. Por um lado, tratamos de uma das fronteiras do conhecimento social: as relações entre materialidades espacializadas e representações. De outro, procuramos estimular indagações que partem de um ângulo geográfico da história brasileira, nada desprezível em um país das suas dimensões.

## Referências bibliográficas

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Litoral do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001.
- ARAÚJO, Maria do Socorro Targino de. *Os núcleos urbanos do recôncavo colonial*. Salvador: s.c.e., 1970.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial: Ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências / USP, Boletim nº 208, Geografia nº. 11, 1954.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Açúcar amargo: a construção de engenhos na Bahia oitocentista*. São Paulo, 1994. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Qualidade ambiental na Bahia: Recôncavo e regiões limítrofes*. Salvador: Centro de Estatística e Informações, 1987.
- BARICKMAN, Bart Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- COSTA, Wanderley Messias da; Moraes, Antonio Carlos Robert. *Geografia crítica : a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- COSTA, Wanderley Messias, "O espaço como uma categoria de análise", *Revista de Geografia*, São Paulo, 1983.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: Mota, C. G. (org.), *1822: Dimensões*.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Ed Nacional, 1956.
- JANCSÓ, Istvan; Pimenta, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Mota, C. G. (org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo : SENAC, 2000, vol.1, p. 129-175.
- JOHNSTON, Ronald John.; GREGORY, Derek; SMITH, David Marshall *The Dictionary of Human Geography*. 3th. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- LUGAR, Catherine. The Portuguese Tobacco Trade and Tobacco Growers of Bahia in the Late Colonial Period. In: Alden, Dauril & Dean, Warren. *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*. Gainesville : University Presses of Florida, 1977.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MATTOSO, Katia Maria de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu abastecimento no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. *Contribuições para a gestão da zona costeira no Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/ 1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1968.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.

\_\_\_\_\_. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Progresso, 1959.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

ZUSMAN, Perla Brígida. *Tierras para el Rey. Tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de La Plata (1750-1790)*. Barcelona, 2000. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia, Universidade Autônoma de Barcelona.